



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS

DEZEMBRO DE 2020





**Demonstrações Financeiras Consolidadas
de acordo com as normas internacionais
de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo
IASB**

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações consolidadas dos resultados

Demonstrações consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Nota 1	Contexto operacional
Nota 2	Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas
Nota 3	Práticas contábeis e critérios de apuração
Nota 4	Gestão de riscos financeiros
Nota 5	Caixa e equivalentes de caixa
Nota 6	Títulos e valores mobiliários
Nota 7	Operações de crédito
Nota 8	Ativos não correntes para venda
Nota 9	Ativo tangível
Nota 10	Ativo intangível
Nota 11	Compromissos
Nota 12	Outros ativos
Nota 13	Passivos financeiros ao custo amortizado
Nota 14	Outros passivos financeiros
Nota 15	Outras provisões
Nota 16	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas
Nota 17	Passivos contingentes e ativos contingentes
Nota 18	Impostos correntes e diferidos
Nota 19	Patrimônio líquido
Nota 20	Receitas com juros e similares
Nota 21	Despesas com juros e similares
Nota 22	Receitas de tarifas e comissões
Nota 23	Outras receitas (despesas) operacionais
Nota 24	Despesas administrativas
Nota 25	Transações com partes relacionadas
Nota 26	Benefícios pós-emprego



Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
DISPONIBILIDADES	5	540.562	587.865
Depósitos bancários		120	28
Aplicações financeiras		540.442	587.837
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	6	1.129.758	982.295
Títulos e valores mobiliários para negociação		1.129.185	982.295
Swap		573	
ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	4.4	431.010	567.427
Cotas de fundo de investimento		429.077	565.583
Participações acionárias		1.933	1.844
ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO		13.892.880	14.094.598
Instrumentos financeiros - TVM	6	682.068	927.516
Empréstimos	7	400.625	201.865
Financiamentos	7	6.068.285	5.236.425
Crédito rural	7	7.106.827	8.058.919
Outros créditos	7	39.677	25.665
<i>Impairment</i> carteira de crédito	7	(401.753)	(352.112)
<i>Impairment</i> TVM		(2.849)	(3.680)
ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA	8	45.957	45.145
Bens não de uso		66.786	71.840
<i>Impairment</i> de bens não de uso		(20.829)	(26.695)
ATIVO TANGÍVEL	9	52.065	51.195
Imobilizado de uso		52.065	51.195
ATIVO INTANGÍVEL	10	15.666	14.689
Gastos com desenvolvimento tecnológico		15.666	14.689
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	18	468.714	482.639
Correntes		34.110	38.605
Diferidos		434.604	444.034
OUTROS ATIVOS	12	176.613	151.462
Depósitos em garantia		91.330	104.450
Pagamentos a ressarcir		8.851	6.177
Diversos		76.432	40.835
TOTAL DO ATIVO		16.753.225	16.977.315

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
	Explicativa		
PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		45	
Futuros		45	-
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		12.917.400	13.397.796
Obrigações por empréstimos e repasses	13	12.414.358	13.063.036
Outros passivos financeiros	14	503.042	334.760
PROVISÕES ATUARIAIS	26	263.348	263.329
Obrigações com benefícios de aposentadoria		263.348	263.329
OUTRAS PROVISÕES	15	133.079	145.562
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	103.616	114.054
Despesas de pessoal		23.258	21.497
Provisão para avais e fianças bancárias		6.205	10.011
PASSIVOS FISCAIS	18	230.739	155.618
Correntes		164.251	62.491
Diferidos		66.488	93.127
OUTRAS OBRIGAÇÕES		41.045	56.540
Impostos e contribuições a recolher		8.928	8.724
Gratificações e participações a pagar		7.960	9.066
Diversas		24.157	38.750
TOTAL DO PASSIVO		13.585.656	14.018.845
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	3.284.120	3.088.574
Capital social		1.518.579	1.343.193
Reservas		1.737.666	1.713.746
Lucros/(prejuízos) acumulados		27.875	31.635
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(116.551)	(130.104)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(2.274)	(2.323)
Obrigações com benefícios de aposentadoria		(114.277)	(127.781)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.167.569	2.958.470
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.753.225	16.977.315

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
	<u>Explicativa</u>		
Receitas com juros e similares	20	1.360.089	1.300.962
Despesas com juros e similares	21	(691.030)	(639.481)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		<u>669.059</u>	<u>661.481</u>
Receita de tarifas e comissões	22	36.522	31.983
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(17.827)	(31.531)
TOTAL DE RECEITAS		<u>687.754</u>	<u>661.933</u>
Despesas administrativas	24	<u>(249.916)</u>	<u>(225.400)</u>
Despesas com pessoal		(202.194)	(178.958)
Outras despesas administrativas		(47.722)	(46.442)
Depreciação e amortização		(6.849)	(8.298)
Provisões (líquidas)		(17.802)	(24.892)
Ganhos (perdas) esperadas com empréstimos e recebíveis (líquidas)		(70.435)	35.995
Ganhos (perdas) esperadas com outros ativos (líquidas)		(1.953)	4.144
Ganhos líquidos na alienação de bens não correntes não destinados à venda		489	79
Ganhos líquidos na alienação de ativos não correntes para venda	8	4.164	2.006
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		<u>345.452</u>	<u>445.567</u>
Impostos sobre a renda	18	(149.906)	(120.093)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		<u><u>195.546</u></u>	<u><u>325.474</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota		
	Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		195.546	325.474
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS		13.553	(68.710)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros		89	964
Obrigações com benefícios de aposentadoria	26	13.049	(92.828)
Efeito tributário sobre outros resultados abrangentes	18 (b)	415	23.154
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO:		209.099	256.764

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Incentivos fiscais	Fundo regimental			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2019	1.174.413	709	1.603.853	(61.393)	(15.875)	2.701.707
Aumento de capital	168.780	-	(168.780)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(68.710)	-	(68.710)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	325.474	325.474
Constituição de reservas	-	-	277.964	-	(277.964)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.343.193	709	1.713.037	(130.103)	31.635	2.958.471
Aumento de capital	175.386	-	(175.386)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	13.552	-	13.552
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	195.546	195.546
Constituição de reservas	-	-	199.306	-	(199.306)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.518.579	709	1.736.957	(116.551)	27.875	3.167.569

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido consolidado ajustado	275.791	379.247
Lucro líquido do exercício	195.546	325.474
Depreciação e amortização	6.849	8.298
Perdas com outros ativos - bens não de uso (líquidas)	1.953	(4.144)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	70.435	(35.995)
Provisão atuarial e para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.802	24.877
(Ganhos)/perdas de capital	-	33
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.794)	60.704
(Aumento) redução líquido nos ativos operacionais	(153.038)	204.394
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(147.464)	(12.373)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	135.676	245.077
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(113.334)	(30.563)
Ativos não correntes para a venda	-2.765	(2.115)
Créditos tributários diferidos	-	1.422
Outros ativos	-25.151	2.946
Aumento (redução) líquido nos passivos operacionais	(406.808)	(717.471)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	45	-
Passivo financeiro ao custo amortizado	(480.397)	(649.024)
Provisões	13.445	2.744
Outras provisões	(30.662)	(41.393)
Passivos fiscais	106.256	(52.145)
Outras obrigações	(15.495)	22.347
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(284.055)	(133.830)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos em	(8.741)	(14.241)
Ativo tangível	(5.019)	(1.055)
Ativo intangível	(3.722)	(13.186)
Alienação de investimentos		
Ativo tangível	44	327
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	245.449	(33.666)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(236.752)	(47.580)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(47.303)	(181.410)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	587.865	769.275
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	540.562	587.865

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

1. Contexto Operacional

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (“BRDE”) é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas

(a) Normas internacionais de contabilidade e autorização para conclusão

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) traduzidas para o português pelo Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON). O Banco aplicou as regras da IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro na preparação do balanço de abertura em 01 de janeiro de 2010, data de transição para as IFRS's.

As demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 25 de março de 2021.

As notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas contêm informações complementares às apresentadas nos balanços patrimoniais e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente, nas mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa. As notas explicativas fornecem, de forma relevante e clara as descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações financeiras.

(b) Base de avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo através do resultado e o custo atribuído a certos ativos tangíveis.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na Nota 2 (e).

(c) Normas e interpretações que entraram em vigor no exercício de 2020:

Em 2019, o BRDE adotou o pronunciamento IFRS 16 – Arrendamentos utilizando como critério o cálculo do Passivo de Arrendamento e do Ativo de Direito de Uso pelo valor presente dos pagamentos remanescentes dos contratos vigentes e revisão dos contratos e prazos de arrendamentos.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

(d) Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2020

Não identificamos normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

(e) Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em acordo com a IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos divulgados na data das demonstrações financeiras consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas, que são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

Impairment de Operações de Crédito

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito.

São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de Bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

Mensuração dos demais ativos financeiros

As operações compromissadas são registradas pelo custo de aquisição e ajustadas diariamente pelo rendimento proporcional auferido com base na taxa de remuneração contratada. A partir de janeiro de 2018, o Banco passou a classificar os seus ativos financeiros de acordo com os requerimentos da IFRS 9, mediante a avaliação do modelo de negócio para o gerenciamento dos instrumentos financeiros e da avaliação

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

da característica dos fluxos de caixa (SPPI Test – Solely Payment of Principal and Interest Test).

Os títulos públicos federais classificados na categoria de “Valor Justo Por Meio do Resultado” são registrados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado. Os títulos classificados em “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado” são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em base pro rata die, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Planos de pensão de benefício definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido e outras provisões atuariais são obtidos por cálculos atuariais, determinados a partir de uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, estão a taxa de desconto e as tábuas de mortalidade. Mudanças nas premissas deverão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O BRDE determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações dos planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 26.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O BRDE revisa periodicamente suas provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante delas possa ser estimado com razoável segurança.

Os valores das provisões são quantificados, utilizando-se de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, conforme detalhado na Nota 16.

(f) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

(g) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O capital apurado nas demonstrações locais (BRGAAP) é o referencial para a gestão.

(h) Entidades consolidadas

O BRDE constituiu o Fundo de Investimento BB Pólo 27 (Entidade de Propósito Específico) para gerenciar sua carteira de títulos. Os critérios e procedimentos para avaliar a necessidade de consolidação levam em conta, entre outros fatores, os riscos e os benefícios retidos pelo BRDE e, desse modo, todas as questões relevantes são consideradas, inclusive eventuais garantias concedidas e quaisquer perdas associadas à cobrança dos respectivos ativos retidos pelo Banco.

O BB Pólo 27 Fundo de Investimento Renda Fixa de Longo Prazo, administrado pela BB Administração de Ativos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, tendo como objetivo proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, concentrando suas aplicações de recursos em ativos e operações de renda fixa. O BRDE é cotista exclusivo do Fundo e desta forma está exposto aos riscos e benefícios gerados por ele. No intuito de alcançar o seu objetivo, o Fundo aplica seus recursos em títulos públicos e privados com perfil de renda fixa e em operações compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2020, o Fundo de Investimento apresentou Patrimônio Líquido consolidado pelo BRDE no montante de R\$ 2.351.609 (R\$ 2.497.606 - 31/12/2019). No exercício de 2020, o lucro líquido consolidado pelo Banco foi R\$ 90.842 (R\$ 165.933 em 2019).

3. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

(a) Base para consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as do fundo de investimento exclusivo, somando os saldos de itens de mesma natureza, eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Os instrumentos financeiros ativos consolidados que compõem a base da carteira de títulos do BB Pólo 27 foram identificados nas demonstrações consolidadas de acordo com a sua natureza, sendo classificados como: “Ativo Financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado”, quando representam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são gerenciados em conjunto e para os quais existia evidência de um padrão recente de realização de lucros no curto prazo; e como “Ativo Financeiro mensurado ao custo amortizado”.

Os ativos de alta liquidez, mantidos com vistas a atender compromissos de caixa de curto prazo foram classificados em “Aplicações Financeiras”.

(b) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Com a adoção da IFRS 09 em 1º de janeiro de 2018, o Banco passou a classificar os seus ativos financeiros nas seguintes categorias de classificação:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado.

Conforme estabelecido pela IFRS 9, para a classificação dos ativos financeiros o Banco realiza a avaliação e identificação do modelo de negócio ao qual o ativo está relacionado e realiza a avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo (SPPI test).

O modelo de negócios é definido pelo nível que reflete a maneira pela qual grupos de ativos financeiros são gerenciados para atingir um determinado objetivo de negócio. Portanto, o modelo de negócios de uma Instituição não depende da intenção em relação a um instrumento individual, mas sim da forma como os ativos financeiros são gerenciados para atingir sua finalidade. Após essa avaliação os ativos são classificados entre: a) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais; b) modelo de negócio para obter fluxos de caixa contratuais e venda; e c) outros modelos de negócio.

Quando o ativo financeiro é identificado como relacionado aos modelos de negócio de obter fluxos de caixa contratuais (item a acima) ou para obter fluxos de caixa contratuais e venda (item b acima), o Banco realiza o teste de SPPI, de forma a

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

verificar se o ativo possui características contratuais que representem um acordo de pagamento de principal e juros.

Com base na avaliação conjunta de modelo de negócio e teste de SPPI, os ativos financeiros são classificados nas seguintes três categorias:

- *Ativos financeiros mensurados a custo amortizado:* São classificados nessa categoria os ativos financeiros administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e que apresentem características contratuais que representem principal e juros. Classificam-se nessa categoria, por exemplo, a carteira de crédito e algumas aplicações financeiras em instrumentos de dívida.
- *Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:* São classificados nessa categoria os ativos financeiros administrados no modelo de negócio para obter os fluxos de caixa contratuais e venda, e que apresentem características contratuais que representem o principal e juros, além dos instrumentos de patrimônio designados nessa categoria quando do reconhecimento inicial.
- *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* São classificados nessa categoria os ativos financeiros relacionados a outros modelos de negócio não relacionados as categorias anteriores; ativos financeiros designados inicialmente nessa categoria como forma de reduzir “descasamentos contábeis” e demais ativos financeiros que não apresentem características contratuais de pagamento de principal e juros.

iii. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- *Ao valor justo por meio do resultado:* essa categoria inclui passivos financeiros originados de operações com derivativos, efetuadas exclusivamente para proteger os títulos e valores mobiliários constantes nas demonstrações consolidadas.
- *Passivo financeiro ao custo amortizado:* são passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Classificam-se nesta categoria os empréstimos e repasses tomados pelo Banco, normalmente exigíveis a longo prazo. A atualização destes ativos é refletida diretamente no resultado (Despesas).

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

(c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado mensurados são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa na demonstração do resultado.

Ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Ativos financeiros classificados como ao custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são incluídos no resultado do período quando ocorrem. Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de instrumentos de dívida classificados como “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido até o ativo financeiro ser “desreconhecido” ou estar *impaired*. Nesse caso, o ganho ou perda acumulado na conta específica do patrimônio líquido deve ser transferido para o resultado do período como ajuste de reclassificação. Contudo, os juros calculados por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva e os ganhos e perdas de variação cambial de ativos monetários categorizados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de instrumentos de patrimônio classificados como “ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido e não são reclassificadas posteriormente para o resultado, mesmo quando da venda do ativo.

Os dividendos de título patrimonial registrado como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado quando é estabelecido o direito da entidade de recebê-los.

O valor justo dos ativos financeiros cotados em mercado ativo é baseado nos preços atuais de oferta de compra (*bid price*). Se o mercado para um ativo financeiro não for ativo, o Banco estabelece o valor justo por meio da utilização de técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem o uso de transações de mercado recentes entre

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, sem favorecimento; fluxo de caixa descontado; modelos de precificação de opções e outras técnicas de avaliação geralmente utilizadas pelos participantes de mercado.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

iii. Técnicas de avaliação

Os instrumentos financeiros foram mensurados conforme a norma IFRS9. A metodologia utilizada é descrita na Nota Explicativa 4.4.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Via de regra, as variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos temporariamente no resultado abrangente "Ajustes ao valor de mercado". Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado, exceto no caso de instrumentos de patrimônio.

v. Instrumentos financeiros derivativos

As receitas e despesas dos ajustes diários das operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas diretamente nas contas de resultado em contrapartida às respectivas contas patrimoniais nos grupos de valores a receber ou valores a pagar. O Banco efetua operações com derivativos exclusivamente para proteger os títulos e valores mobiliários constantes nas demonstrações consolidadas.

(d) Reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e "desreconhecidas", respectivamente, na data de negociação.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o BRDE transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do IFRS 9. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o BRDE deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o “desreconhecimento”. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando forem liquidados ou extintos.

(e) Ativos financeiros não recuperáveis

O Banco registra provisão de perdas esperadas (PE) para suas operações de crédito e instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 4.1.1.

O Banco estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 4.1.3.

Baseado no processo acima, o Banco distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. O Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

- Estágio 3: quando os instrumentos financeiros são considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Demais definições referentes à apuração do *Impairment* constam na Nota 4.1 e os valores apurados na Nota 7 (d).

(f) Outros ativos não recuperáveis

O Banco registra provisão de perdas esperadas (PE) para suas operações de crédito e para seus instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado, em observância aos pressupostos e recomendações do padrão IFRS 9. Em operações sem aumento significativa do risco de crédito apurado em sua origem, a provisão de PE é baseada na expectativa de perdas para os próximos 12 meses (PE de 12 meses), e na expectativa de perdas de crédito ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida) em operações em que tenha ocorrido aumento significativo.

Os valores apurados constam na Nota 7 (d).

(g) Ativos não correntes para venda

Ativos não correntes para venda incluem o valor contábil de itens individuais, cuja venda é provável e deva ocorrer em até 1 ano da data das demonstrações financeiras. São geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos os custos necessários para vender e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria, sem a incidência de depreciação.

Perdas na alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos Líquidos na Alienação de Bens não correntes para venda” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com ativos não circulantes destinados à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado, limitados às perdas por “*impairment*”.

(h) Ativo tangível

Ativo tangível inclui ativos usados no fornecimento de serviços descontados de quaisquer perdas por não recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável). O Banco testa o valor de recuperação de seus ativos tangíveis anualmente.

O pronunciamento IFRS 1 prevê que na adoção inicial do Pronunciamento Técnico IAS 16, o Banco possa, na hipótese de identificação de bens em que o valor contábil seja inferior ao seu valor justo, adotar o custo atribuído para a definição do novo custo contábil. O BRDE optou por avaliar terrenos e edificações ao valor justo,

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

reconhecendo as diferenças no balanço de abertura em contrapartida ao patrimônio líquido.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos ou custo atribuído menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

O encargo de depreciação do ativo tangível é reconhecido na demonstração consolidada do resultado e calculado basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Edificações	4%
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%
Sistemas de processamento de dados	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio refletem o período que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pelo Banco. Caso sejam detectadas variações significativas na vida útil dos ativos, são ajustados os encargos de depreciação a serem reconhecidos na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas expectativas.

Os itens do ativo tangível são baixados por ocasião de venda ou quando não se esperam mais benefícios econômicos futuros do seu uso ou alienação. Os ganhos na alienação são registrados na conta “Ganhos Líquidos na Alienação de Bens não correntes não destinados à venda”.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais, quando incorridos.

(i) Ativo intangível

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Em 31 de dezembro de 2020, o BRDE não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida e seus ativos com vida útil definida possuem taxas de amortização de 20% ao ano.

(j) Outros ativos

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

(k) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias, inclusive demais impostos não enquadrados como “Passivos Fiscais”.

(l) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores do Banco, ao elaborarem suas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- *Provisões*: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.
- *Passivos contingentes*: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco.
- *Ativos contingentes*: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de eventos além do controle do Banco. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial ou na demonstração do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja provável que a obrigação tenha de ser liquidada e o valor possa ser estimado com razoável segurança. Conforme o IAS 37, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as consequências do evento que lhes deu origem, e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são totais ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

(m) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas com juros, despesas com juros e similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza.

Tarifas cobradas pela entidade por serviços de obtenção de empréstimos são reconhecidas como receita assim que os serviços forem prestados. As tarifas cobradas pelo BRDE (tais como as tarifas de cadastro, análise, fiscalização, alteração de garantias, parecer técnico, entre outras), possuem esta característica e recebem o tratamento de apropriação na medida em que os serviços são executados e cobrados, não havendo a necessidade de diferimento em seu reconhecimento.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

(n) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer.

A IFRS 9 requer que seja registrada a provisão para perdas de crédito esperadas para contratos de garantias financeiras prestadas, que ainda não tenham sido honradas. Deverá ser mensurada e contabilizado a despesa de provisão que reflita o risco de crédito ao ocorrer a honra dessas garantias e o cliente avaliado não cumprir com suas obrigações contatuais.

O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não recuperação sobre instrumentos

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(o) Benefícios pós-emprego:

Conforme o IAS 19, nos planos de contribuição definida, uma entidade paga contribuições a uma entidade separada (um fundo) e não terá qualquer obrigação de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores. A Norma exige que o Banco reconheça as contribuições para um plano de contribuição definida quando o empregado tiver prestado serviço em troca dessas contribuições.

O Banco possui obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais referentes aos planos de benefício pós-emprego com características de benefício definido caso o respectivo fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Reconhece um passivo (ativo) de benefício definido líquido como o valor de déficit ou superávit, ajustado por qualquer efeito de limitação de um ativo líquido de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*). O teto de ativo é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

Reconhece no resultado do exercício:

- custo do serviço corrente;
- qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação;
- juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

Reconhece no resultado abrangente, as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, compreendendo:

- ganhos e perdas atuariais;
- retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e
- qualquer mudança no efeito do teto de ativo (*asset ceiling*), excluindo os valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

(p) Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. Esses valores são mensurados às alíquotas que se esperam aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Em 22 de maio de 2015, foi publicada pelo Poder Executivo a MP nº. 675, convertida na Lei nº 13.169, que aumentou a alíquota da Contribuição Social - CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das instituições financeiras,

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

gerados a partir de 1º de setembro de 2015, com validade até o final de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Entretanto, a EC nº 103/2019, que altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, majorou novamente a alíquota da CSLL para 20% para as instituições financeiras, com vigência a partir de 1º de março de 2020. Assim, os créditos e obrigações tributárias foram mensurados com base na alíquota de CSLL de 15% para janeiro e fevereiro de 2020, e alíquota de 20% a partir de março de 2020. Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda foram apurados com base na alíquota de 25%.

A expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações do Banco está baseada em projeção de resultados futuros.

A despesa do imposto de renda e da contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que o BRDE terá lucro tributável futuro suficiente contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Os ajustes constantes no balanço de abertura, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, foram contabilizados como diferenças temporárias.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Reconhecimento

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

(q) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos à vista.

Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo e alta liquidez, que podem ser imediatamente convertidos em caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. São mantidos com vistas a atender compromissos de caixa de curto prazo. Compreendem os saldos de disponibilidades e títulos e valores mobiliários

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

com prazo de resgate de até 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

(r) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, disponibilidades e títulos e valores mobiliários classificados como equivalentes de caixa.

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de não circulante e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

4. Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos é ferramenta estratégica e fundamental para qualquer instituição financeira. Os riscos intrínsecos a uma empresa desse ramo abrangem desde aqueles facilmente identificáveis na área financeira, como os riscos de mercado, de liquidez e de crédito, assim como os não diretamente identificados como tal, mas também de extrema importância, como risco operacional e de imagem, dentre outros.

4.1. Risco de crédito

Risco de crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente ou pelos respectivos prestadores de garantias fidejussórias, de suas obrigações financeiras previstas no instrumento de crédito.

A estrutura de avaliação de riscos do Banco está alicerçada no princípio de decisão técnica colegiada, sendo definidas alçadas de concessão de crédito correspondentes aos níveis decisórios que abrangem, desde as agências até a esfera diretiva e seu comitê de risco e de crédito na Direção-Geral.

A análise individualizada do cliente e do seu negócio de atuação realizada periodicamente, aliada às perspectivas comerciais e econômicas, bem como a parametrização sistêmica das regras para concessão de crédito, fortalece a sistemática de avaliação de risco de crédito do BRDE.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

4.1.1 Mensuração das perdas esperadas

(a) Operações de crédito

Com base na aplicação inicial da IFRS 9, o Banco passou a considerar determinadas premissas para mensuração e formulação das perdas esperadas. Abaixo são demonstrados os mecanismos considerados pelo Banco para a mensuração das perdas esperadas:

1. *Probability of Default – PD*

A PD é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um determinado horizonte de tempo.

O Banco avalia a probabilidade de inadimplência de seus clientes individualmente, por meio de ferramentas de classificação projetadas para diferentes categorias de clientes. Essas ferramentas, que foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com a opinião da equipe de crédito, são validadas, quando apropriado, através da comparação com dados externos disponíveis. As ferramentas de classificação são mantidas sob análise e atualizadas quando necessário. Regularmente, a Administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

O Banco possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

2. *Exposição no momento da inadimplência (EAD)*

Trata-se de uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

3. *Perda em caso de inadimplência (LGD)*

O LGD é uma estimativa de perda em caso de inadimplência, expressa como porcentagem da EAD, e baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que o Banco espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

4. Premissas dos parâmetros

A aplicação do padrão IFRS 9 adotou as seguintes premissas:

(a) Operações de Crédito:

- ✓ As probabilidades e expectativas de perdas foram estimadas por grupos homogêneos de risco, definidos pelos segmentos abaixo para o cálculo de LGD, e pelos segmentos abaixo juntamente com o rating de risco de crédito no momento da avaliação para os cálculos de PD e EAD:

Segmento
Indústrias, Extrativa e de Transformação
Comércio e Serviços
Setor Primário
Energia e Município
Coop. Agroindustrial e Operações Indiretas

- ✓ Em caso de inversão da PD dentro dos ratings de risco de crédito, estes são agrupados em um mesmo grupo homogêneo de risco;
- ✓ Os parâmetros que possuam a variável saldo em sua fórmula foram calculados a valor presente pelo CDI.

Os parâmetros para o cálculo da PE Vida foram estimados até 60 meses e extrapolados a partir de então até 120 meses.

(b) Títulos públicos e outros títulos de dívida:

O Departamento Financeiro usa classificações internas e externas para categorizar títulos públicos e outros títulos de dívida e administrar suas exposições ao risco de crédito. Os investimentos nestes títulos são vistos como uma maneira de obter um melhor mapeamento da qualidade de crédito e, ao mesmo tempo, manter uma fonte imediatamente disponível para satisfazer as necessidades de recursos.

Atualmente, o Banco considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

4.1.2 Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas - particularmente em relação aos clientes e grupos individuais e quanto ao ramo de atividade. A Administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da economia. Esses riscos

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes, quando necessário.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos/financiamentos, efetivos e potenciais, considerando o efetivo pagamento das parcelas dos contratos.

Outras medidas específicas de controle e mitigação são descritas abaixo:

(a) Garantias Reais

Como forma de proteger o crédito concedido, o BRDE tem como principal estratégia a vinculação de garantias reais aos contratos de créditos.

O Banco atua preferencialmente com garantias compostas por alienação fiduciária de imóveis, considerando a agilidade na sua recuperação, buscando que seu valor seja equivalente ao mínimo de 110% do valor do crédito concedido. Para operações contratadas com hipoteca, busca assegurar que o valor das garantias apresentadas seja no mínimo 130% do valor total de financiamento.

Além disso, tem com prática que a garantia imobiliária, constituída por alienação fiduciária ou hipoteca, seja oferecida como a maior parcela do total de garantias apresentadas, buscando que ela seja, no mínimo, igual ao valor do crédito concedido.

A natureza e valor da garantia real são considerados na classificação de risco da operação de crédito, com conseqüente impacto na estimativa de probabilidade de inadimplência. O Banco não deixa de reconhecer provisão para perdas em operações inadimplentes em decorrência da existência de garantias.

(b) Outros tipos de Garantias

O Banco emprega uma variedade de políticas e práticas destinadas a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional dessas medidas é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos. O Banco implementa orientações sobre a aceitação de classes específicas de garantias ou mitigação do risco de crédito. Os principais tipos de garantias diretas e indiretas para empréstimos e adiantamentos são:

- ✓ Convênios Operacionais com aval
- ✓ Fundos garantidores (FAMPE, FGPC, FGI)
- ✓ Fiança Bancária
- ✓ Títulos do Tesouro Nacional

4.1.3 Políticas de *impairment* e provisionamento

O Banco avalia em cada data-base de suas demonstrações financeiras consolidadas a existência de qualquer evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros esteja deteriorado com base no sistema interno de classificação de risco

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

descrito na Nota 4.1.1. A política operacional exige a revisão da classificação de risco dos ativos financeiros individuais considerados relevantes – a saber, clientes ou conglomerados econômicos com comprometimento superior a R\$ 50 mil – no mínimo uma vez por exercício, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Adicionalmente são utilizadas informações macroeconômicas e projeções sobre condições financeiras futuras a fim de calcular o ajuste forward-looking na PD dos grupos homogêneos definidos.

4.1.4 Impairment das Operações de Crédito

Apresenta-se abaixo a composição da perda esperada dentre os três estágios de risco:

		31/12/2020		31/12/2019	
Segmentos		Saldo Contábil	Impairment	Saldo Contábil	Impairment
ESTÁGIO 1	Ind., Extrativa e de Transf.	1.364.038.179,67	33.850.284,05	1.213.804.680,59	19.981.890,07
	Comércio e Serviços	2.181.186.851,23	80.588.481,16	1.905.383.880,10	53.922.811,64
	Setor Primário	1.146.439.791,26	15.249.290,56	1.231.852.291,00	9.168.727,68
	Energia e Município	1.937.428.222,42	23.074.843,67	1.502.964.876,76	12.322.594,14
	Coop. Agroindustrial	3.780.264.922,57	12.316.448,22	4.219.843.588,66	12.271.250,43
	Operações Indiretas	1.882.734.908,27	6.244.074,54	2.021.663.925,23	5.989.792,72
	Total Estágio 1	12.292.092.875,42	171.323.422,20	12.095.513.242,34	113.657.066,68
ESTÁGIO 2	Ind., Extrativa e de Transf.	243.153.166,07	51.661.681,42	237.233.079,28	49.440.878,33
	Comércio e Serviços	363.834.917,46	53.129.038,63	326.307.711,65	23.095.368,49
	Setor Primário	279.783.399,41	12.054.917,50	388.923.474,22	9.670.349,57
	Energia e Município	82.764.600,83	4.029.632,81	91.159.162,31	5.400.128,74
	Coop. Agroindustrial	61.405.386,88	532.400,77	46.800.668,02	472.138,31
	Operações Indiretas	109.898.197,68	1.960.683,34	104.302.862,70	1.924.732,09
	Total Estágio 2	1.140.839.668,33	123.368.354,47	1.194.726.958,18	90.003.595,53
ESTÁGIO 3	Ind., Extrativa e de Transf.	74.571.814,87	48.490.156,68	75.378.341,54	46.268.982,42
	Comércio e Serviços	31.182.957,33	25.207.473,25	78.047.578,07	64.528.902,39
	Setor Primário	54.009.172,07	24.939.208,44	65.816.096,09	30.169.333,53
	Energia e Município	-	-	-	-
	Coop. Agroindustrial	12.124.624,77	5.576.516,54	9.229.449,73	3.909.871,79
	Operações Indiretas	4.383.748,42	2.847.525,72	4.997.578,74	3.108.784,87
	Total Estágio 3	176.272.317,46	107.060.880,63	233.469.044,17	147.985.875,00
TOTAL	13.609.204.861,21	401.752.657,30	13.523.709.244,69	351.646.537,21	

4.1.5 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários compõem-se preponderantemente de títulos do governo federal e letras financeiras, apresentando reduzido risco de crédito.

Atualmente, o Banco considera como ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

No que se refere aos ativos mensurados ao custo amortizado, no âmbito das normas do IFRS9, foram apuradas as seguintes perdas esperadas para a data base 31/12/2020:

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Valor Bruto	Perda Esperada
Ativos financeiros ao custo amortizado	927.516	3.680
Títulos e Valores Mobiliários	927.516	3.680

No que se refere aos ativos mensurados ao custo amortizado, no âmbito das normas do IFRS9, foram apuradas as seguintes perdas esperadas para a data base 31/12/2019:

	Valor Bruto	Perda Esperada
Ativos financeiros ao custo amortizado	682.068	2.849
Títulos e Valores Mobiliários	682.068	2.849

4.1.6 Retomada de garantias

As garantias retomadas são incorporadas ao patrimônio do BRDE e, ato contínuo, aberto processo licitatório para a sua venda. Os bens retomados são classificados no Balanço Patrimonial em “Ativos não correntes para a venda”.

4.1.7 Concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito

Atividades econômicas

A tabela a seguir decompõe as principais exposições ao risco de crédito aos seus valores contábeis e categorizados conforme segue.

	Privado	Governos	Total
Custo amortizado	13.469.243	828.239	14.297.482
Títulos e Valores Mobiliários	330.552	351.516	682.068
Operações de crédito	13.138.691	476.723	13.615.414
Valor justo por meio do resultado		1.129.758	1.129.758
Títulos e Valores Mobiliários	573	1.129.185	1.129.758
Disponíveis para a venda	431.010		431.010
Títulos e Valores Mobiliários	431.010		431.010
Em 31 de dezembro de 2020	13.900.253	1.957.997	15.858.250
	Privado	Governos	Total
Custo Amortizado	13.583.556	866.834	14.450.390
Títulos e Valores Mobiliários	413.478	514.038	927.516
Operações de crédito	13.170.078	352.796	13.522.874
Valor justo por meio do resultado		982.295	982.295
Títulos e Valores Mobiliários		982.295	982.295
Disponíveis para a venda	567.427		567.427
Títulos e Valores Mobiliários	567.427		567.427
Em 31 de dezembro de 2019	14.150.983	1.849.129	16.000.112

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

4.2. Risco de mercado

O risco de mercado surge devido a oscilações no cenário econômico que podem acarretar perdas para o Banco. Essas oscilações podem ocorrer nos preços de ativos e passivos financeiros através da variação da taxa de juros sobre a carteira com taxa pré-fixada, e pelas variações cambiais sobre a carteira indexada por cesta de moedas.

O Banco monitora o risco de mercado através da utilização da metodologia do Valor em Risco (VaR), que busca simular e determinar os níveis máximos de perda esperada, em um determinado período, com um certo grau de confiabilidade, tanto em condições normais de mercado quanto em cenários de estresse e volatilidade.

Relatórios de acompanhamento de mercado, bem como outros procedimentos operacionais, permitem o acompanhamento, a prevenção e a correção de possíveis desequilíbrios, garantindo a solidez do Banco, mitigado por possuir parcela significativa de sua carteira de empréstimos e recebíveis com prazos e taxas atrelados a captações por repasses.

4.2.1 Técnicas de mensuração do risco de mercado

O Banco, devido ao seu tipo de produto, não apresenta uma grande exposição ao risco de mercado. As técnicas de mensuração mais importantes usadas pelo Banco para medir e controlar o risco de mercado são descritas a seguir:

(a) Valor em risco (*Value at Risk*) (não auditado)

Value-at-Risk (VaR) mede a pior perda esperada em condições normais de mercado ao longo de um intervalo de tempo específico a um nível de confiança. O período e o nível de confiança são parâmetros que devem ser escolhidos de um modo adequado para o objetivo global da medida de risco.

O gestor do Fundo utiliza o VaR para estimar as perdas que podem ser ocasionadas à carteira atual de investimentos por mudanças adversas nas condições do mercado. Para os títulos e valores mobiliários, o nível de confiança para o cálculo do VaR não paramétrico é de 95%, estimada a partir da série de choques dos últimos 150 d.u..

O VaR calculado para a data base 31/12/2020 é -0,0308%.

4.2.2 Risco de câmbio

O Banco possui uma exposição ao risco de câmbio muito baixa devido à imaterialidade desta carteira. O risco de câmbio é monitorado diariamente através da apuração da exposição cambial em moeda estrangeira. O Banco controla a exposição a esse fator de risco através da atuação nos mercados de derivativos cambiais. Como resultado dessa atividade, a exposição tem sido consideravelmente inferior a 5% do patrimônio de referência. Todavia, com o aumento das operações de empréstimos

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

com recursos oriundos do exterior, o Banco em 2020 passou a contratar pontualmente swap cambial a fim de minimizar o risco de câmbio.

4.2.3 Risco de taxa de juros

O Banco está sujeito aos efeitos de flutuações da taxa de juros na sua carteira de operações de crédito pré-fixada e na carteira de títulos e valores mobiliários que possui. A exposição da carteira de títulos e valores imobiliários é calculada e acompanhada pela administradora do fundo de investimento. No que diz respeito à carteira de operações de crédito pré-fixada, o Banco faz captação dos recursos a uma taxa inferior à do retorno das aplicações, minimizando sua exposição.

4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez relaciona-se à incapacidade de atendimento das necessidades de caixa, ou seja, à ocorrência de descasamentos nos fluxos financeiros entre operações ativas e passivas e os reflexos decorrentes sobre a capacidade de obtenção de recursos financeiros pela instituição para o exercício de suas obrigações.

O Banco mantém os seus compromissos de operações de crédito, tanto no ativo como no passivo, no mesmo prazo de pagamento e recebimento, o que evita descasamentos e permite o controle do risco de liquidez e do risco de mercado de forma conjunta, observando as projeções para o fluxo de caixa, bem como possíveis alterações em sua estrutura, aquelas resultantes de variações no cenário macroeconômico, que possam afetar a alocação e a captação no âmbito do mercado.

O BRDE mantém em sua carteira de títulos e valores mobiliários posições substanciais em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais como forma de reduzir o risco de liquidez. Estes ativos apresentam grande volume de negociação no mercado.

4.3.1 Itens não registrados no balanço patrimonial

Garantias financeiras

O Banco é avalista em algumas operações, no montante total de compromissos assumidos de R\$ 96.254 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 105.494 em 31 de dezembro de 2019. Para operações onde perdas são identificadas, a provisão para perdas sobre estes valores é registrada em Outras Provisões no balanço patrimonial, montando em R\$ 6.205 (31/12/2019 - R\$ 10.011).

4.4. Valor justo de ativos e passivos financeiros

(a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros o Banco utiliza a hierarquia a seguir:

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Nível 1 – preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 – *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Mensuração ao valor justo no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 por nível:

	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	1.129.186	
LFT	1.011.822	
LTN	117.364	
Futuro		
Ativos Financeiros ao valor justo de outros resultados abrangentes	1.933	429.077
Cotas de Fundo de Investimento		429.077
Participações Acionárias	1.933	
Ativos mensurados ao valor justo	1.131.119	429.077

Não há transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 da hierarquia do valor justo e o Banco não possui ativos avaliados no Nível 3.

(b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

	Saldo Contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – 31/12/2020	682.068	723.574
Letras financeiras	351.516	350.951
NTN-B	330.552	372.623

	Saldo Contábil	Valor justo
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – 31/12/2019	927.516	979.759
Letras financeiras	514.038	514.160
NTN-B	413.478	465.599

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado incluem os títulos e valores mobiliários que fazem parte de um modelo de negócio para obter os fluxos de caixa e que apresentem características contratuais condizentes com o conceito de principal e juros (SPPI). Eles são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos intrínsecos.

As operações de crédito do Banco não possuem mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as suas características. As ofertas de crédito de longo

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

prazo normalmente estão limitadas a bancos de desenvolvimento e as operações ativas possuem captações atreladas, não permitindo sua negociação em separado e na hipótese de liquidação antecipada do crédito, a liquidação normalmente é efetuada pela curva. O Banco entende que o valor justo das operações de crédito e dos passivos financeiros ao custo amortizado se aproximam do valor contábil registrado, tanto no momento de sua concessão, quanto na data do balanço.

4.5. Gestão de capital

O gerenciamento de capital está definido nos normativos internos como o processo contínuo de: (a) Monitoramento e controle do capital mantido pelo BRDE; (b) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e (c) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do BRDE.

O patrimônio de referência corresponde à medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais do Banco. Pelas normas vigentes, considerando os *gaps* locais, os limites de capital no exercício findo apresentaram os seguintes valores:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência	3.084.195	2.872.314
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	16.559.952	15.761.171
Risco de Crédito - RWACPAD	15.346.353	14.489.617
Risco de Mercado - RWAMPAD	3.867	16.015
Risco Operacional - RWAOPAD	1.209.732	1.255.539
Índice de Basileia	18,62	18,22

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, é composto por:

	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos bancários	120	28
Aplicações financeiras	540.442	587.837
Total de caixa e equivalentes de caixa	540.562	587.865

O BRDE possui em suas demonstrações consolidadas operações compromissadas, registradas na rubrica “Aplicações Financeiras”. Estes ativos são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração contratada. A custódia é efetuada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

6 Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação e tipo dos saldos de títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Classificação:		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (a)	682.068	927.516
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.129.758	982.295
Ativos financeiros disponíveis para a venda	431.010	567.427
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	330.552	413.478
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	1.129.185	982.295
Outros títulos de dívida		
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	351.516	514.038
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (d)	573	-
Ativos financeiros disponíveis para a venda	431.010	567.427
	2.242.836	2.477.238

Os títulos do governo brasileiro são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados e os contratos futuros na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

- (a) Os títulos classificados na categoria “Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado” são registrados pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos em base *pro rata* dia, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.
- (b) Os títulos públicos federais classificados como “Ao Valor Justo Por Meio de Resultados” são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela ANBIMA. As letras financeiras são ajustadas ao valor de mercado por meio de utilização de metodologia de precificação definida pela administração.

Em 31 de dezembro de 2020 o Banco possuía ativos nos montantes de R\$ 6.958 (31/12/2019 – R\$ 6.805) vinculados a garantias de operações com derivativos da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão e R\$ 6.958 (31/12/2019 – R\$ 10.038) a garantia de processos judiciais.

- (c) As ações aqui classificadas possuem valor de mercado de R\$ 1.933 (31/12/2019 – R\$ 1.844) e seu custo é de R\$ 6.068. A contrapartida das variações ao valor

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

justo é registrada no patrimônio líquido e estão apresentadas na demonstração consolidada do resultado abrangente. Para as aplicações em ações, o BRDE optou irrevogavelmente pela prerrogativa de classificação como VJORA, devido à aplicação inicial da IFRS 9.

- (d) O BRDE participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, registrados em contas patrimoniais e de compensação, tendo por objetivo mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de hedge) efetuada pelo BRDE junto à Corporación Andina de Fomento (CAF).

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna devidamente documentada e aprovada pela administração.

Para isso o BRDE estabeleceu a contabilidade de hedge ou hedge accounting, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN n.º 3.082/02, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de hedge são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	31/12/2020		
	Valor referencial (conta compensação)	Valor a pagar/receber (conta patrimonial)	Efeito líquido (conta de resultado)
(US\$+Libor+taxa) x (R\$+%CDI)	21.964	573	573

O vencimento da captação (objeto de hedge) e do derivativo (instrumento de hedge) estão a seguir demonstrados:

	31/12/2020				31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Objeto	-	24	22.548	22.572	-
Instrumento	-	5	568	573	-

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de hedge:

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	31/12/2020				31/12/2019
	Valor referencial	Valor da curva	Ajuste a mercado	Valor de mercado	Valor de mercado
Objeto	21.974	22.567	5	22.572	-
Instrumento	21.974	573	-	573	-

7 Operações de Crédito

(a) Composição da carteira por tipo de operação

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e títulos descontados	400.625	201.865
Financiamentos	6.068.285	5.236.425
Setor Público	476.723	352.796
Setor Privado	5.250.082	4.314.174
Agroindustriais	341.480	569.455
Financiamentos rurais	7.106.827	8.058.919
Investimento Agricultura	5.076.949	5.464.387
Investimento Pecuária	2.029.878	2.594.532
Total de operações de crédito	13.575.737	13.497.208
Outros créditos	39.677	25.665
Avais e fianças honrados	2.843	2.791
Devedores por compra de valores e bens	30.542	23.710
Outros	6.292	(836)
Total da carteira de crédito	13.615.414	13.522.874
Provisão para perdas ("impairment")	(401.753)	(352.112)
Total da carteira líquida de créditos	13.213.661	13.170.762

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

(b) Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal – sem atraso											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas Vincendas	6.335.460	5.467.402	800.066	297.595	191.905	19.310	18.393	40.055	165.664	13.335.850	13.322.996
01 a 30 dias	177.710	116.795	12.455	6.856	3.277	468	804	201	2.123	320.689	374.989
31 a 60 dias	65.547	55.754	9.623	5.947	2.345	145	303	109	1.029	140.802	137.114
61 a 90 dias	66.597	50.826	10.240	4.860	2.848	283	387	127	1.224	137.392	135.722
91 a 180 dias	288.414	227.455	36.244	18.590	7.075	1.282	984	671	4.893	585.608	799.338
181 a 365 dias	611.575	411.350	66.111	32.511	13.313	2.415	2.595	883	22.478	1.163.231	1.167.790
Acima de 365 dias	5.125.617	4.605.222	665.393	228.831	163.047	14.717	13.320	38.064	133.917	10.988.128	10.708.043
Operações em curso anormal – com atraso											
Parcelas Vincendas	11.565	34.397	41.534	81.028	31.431	3.186	2.558	8.898	25.121	239.718	171.288
01 a 30 dias	45	392	987	1.388	858	65	25	125	619	4.504	2.775
31 a 60 dias	14	304	785	1.156	925	58	27	111	509	3.889	2.440
61 a 90 dias	17	324	786	1.258	770	73	32	110	572	3.942	2.422
91 a 180 dias	145	1.091	2.609	3.604	2.335	265	329	414	2.070	12.862	10.361
181 a 365 dias	905	2.421	4.831	8.477	6.555	714	400	989	3.585	28.877	22.125
Acima de 365 dias	10.439	29.865	31.536	65.145	19.988	2.011	1.745	7.149	17.766	185.644	131.165
Parcelas Vencidas	858	722	3.382	5.811	5.821	649	556	1.487	14.268	33.554	29.425
01 a 30 dias	857	722	2.045	1.816	1.221	88	93	147	2.038	9.027	7.159
31 a 60 dias	1	-	1.337	2.076	1.263	88	84	547	1.277	6.673	4.982
61 a 90 dias	-	-	-	1.472	1.958	28	58	152	696	4.364	4.186
91 a 180 dias	-	-	-	447	1.379	316	100	396	6.240	8.878	9.675
181 a 365 dias	-	-	-	-	-	129	221	245	3.277	3.872	2.951
Acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	740	740	472
Total da carteira - 2020	6.347.883	5.502.521	844.982	384.434	229.157	23.145	21.507	50.440	205.053	13.609.122	
Total da carteira – 2019	6.813.099	5.061.984	826.244	307.676	251.796	24.963	25.686	50.453	161.808		13.523.709

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

(c) Taxas médias ponderadas de juros praticadas na carteira de empréstimos e recebíveis

	Totais da carteira e taxas médias de juros (% a.a.)			
	31/12/2020		31/12/2019	
Empréstimos	400.625	6,31	201.865	8,98
Financiamentos	6.068.285	6,91	5.236.425	8,07
Financiamentos rurais	7.106.827	6,13	8.058.919	6,30
Outros	39.677	8,40	25.665	9,60
Total de empréstimos e recebíveis	13.615.414	6,55	13.522.874	6,99

(d) Provisão para perdas por não recuperação sobre a carteira de créditos (“*Impairment*”)

A composição do *Impairment* em 31 de dezembro, apurada pelo Banco segundo as regras estabelecidas nas IFRS, então vigentes era:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	351.647	476.576
Constituição	188.472	120.481
Reversão	(138.366)	(245.410)
Saldo final	401.753	351.647

8 Ativos não correntes para venda

Em 31 de dezembro o valor total dos ativos não correntes para venda correspondia a bens ativos não de uso recebidos em dação de pagamento e destinados à venda em até um ano ou até a conclusão de leilões.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	45.145	38.885
Recebimento de bens em dação de pagamento	28.112	25.497
Alienação de bens não de uso	(33.165)	(23.530)
Variação do <i>Impairment</i>	5.865	4.293
Saldo final	45.957	45.145

Durante o exercício de 2020 o BRDE realizou a venda de bens não de uso próprio gerando o resultado de R\$ 4.164 (2019 – R\$ 2.006).

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

9 Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O saldo líquido contábil dos ativos tangíveis em 31 de dezembro não é superior ao seu valor recuperável. Assim, não existe apuração de “*impairment*” para o ativo tangível.

a) Variações

As variações na rubrica “Ativo tangível” no balanço patrimonial consolidado foram:

Conta	31/12/2019	Aquisição	Alienação/ Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2020
Imóveis	47.109			(1.289)		45.820
Instalações, móveis e equipamentos	2.359	3.949	(645)	(968)		4.695
Veículos	412	1.287	(95)	(346)		1.258
Outros imobilizados	287	5				292
Sist.de processamento de dados	1.028				(1.028)	-
Total	51.195	5.241	(740)	(2.603)	(1.028)	52.065

b) Composição dos saldos

Conta	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis	62.166	62.184
(-) Depreciação acumulada de imóveis	(16.346)	(15.057)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	22.169	11.115
(-) Depreciação acumulada de instalações, móveis e equipamentos de uso	(17.474)	(8.487)
Sistemas de processamento de dados	-	9.628
(-) Depreciação acumulada de sistemas de processamento de dados	-	(8.600)
Veículos	1.985	1.882
(-) Depreciação acumulada de veículos	(727)	(1.470)
Outros imobilizados	292	0
Total Geral	52.065	51.195

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica “Depreciação e amortização”, na demonstração do resultado.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

10 Ativo Intangível

O ativo intangível do Banco é composto por gastos com projeto e implementação de novos processos ou sistemas no âmbito do Projeto Moderniza BRDE bem como outros softwares e direitos de uso. Todos os ativos intangíveis possuem vida útil definida com percentuais anuais de amortização linear correspondente a 20%.

a) Variações

Conta	31/12/2019	Aquisição	Alienação/ Baixas	Amortização	Transferências	31/12/2020
Sistema processamento de dados	14.689	3.674	-	(3.725)	1.011	15.649
Licenças	-	-	-	-	17	17
Total	14.689	3.674	-	(3.725)	1.028	15.666

11 Operações de arrendamento

O BRDE é arrendatário, predominantemente, de imóveis de uso em algumas das suas operações, que incluem opções de renovação e eventuais cláusulas de reajuste. Durante o período findo em 31/12/2020, a saída de caixa com arrendamentos perfaz a soma de R\$ 1.258 (2019 – R\$ 1.385).

O BRDE, no âmbito do IFRS 16 e desde a sua adoção inicial ocorrida em 2019, considerou para a mensuração do passivo de arrendamento o total de pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, sendo que o montante reconhecido no Balanço Patrimonial está apresentado abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	1.206	1.328
Até 1 ano	1.206	1.328
Não circulante	8.194	7.864
De 1 a 5 anos	6.709	6.536
Mais de 5 anos	1.485	1.328
Total de pagamentos mínimos futuros	9.400	9.192

Valores de arrendamento reconhecidos na demonstração de resultado:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Depreciação	(1.206)	(1.328)
Despesas de Juros	(52)	(57)
Total	(1.258)	(1.385)

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

12 Outros ativos

A subconta “Depósitos em Garantia” registra os depósitos decorrentes de exigências legais ou contratuais, inclusive garantias prestadas em dinheiro, tais como os realizados para interposição de recursos em repartições ou juízos e os que garantirem prestação de serviço de qualquer natureza. A subconta “Diversos” contempla principalmente antecipações de verbas salariais, dentre elas: férias, décimo terceiro salário e participações nos lucros e resultados.

13 Passivos financeiros ao custo amortizado

A composição, por classificação e tipo, incluindo as taxas médias ponderadas de captação é a seguinte:

	Totais da carteira e taxas médias de juros (% a.a.)			
	31/12/2020		31/12/2019	
BNDES	9.617.542	3,96	10.516.322	4,45
FINAME	1.316.718	2,65	1.669.215	2,67
FINEP	351.584	2,57	310.477	2,67
CEF	345.077	6,21	171.106	6,21
Outras instituições	783.437	3,10	395.916	3,41
Total das obrigações por repasse	12.414.358	3,69	13.063.036	4,16

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos mensais até o ano 2044, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de “del-credere”.

14 Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Valores de Mutuários a Regularizar (a)	9.964	5.658
Fundo Setorial do Audiovisual - ANCINE (b)	147.727	293.862
Recursos do FUNGETUR (c)	335.337	34.135
Recursos do FUNCAFÉ (c)	10.014	1.105
Total	503.042	334.760

Refere-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias **contratadas**.

- (a) Corresponde a recursos do FSA – Fundo Setorial do Audiovisual. Criado pela Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007. Destina-se ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

- (b) Corresponde a recursos disponibilizados pelos Ministérios competentes, destinados a operações de financiamentos privados de capital fixo de empreendimentos relacionados com a atividade fim.

15 Outras provisões

A composição do saldo da rubrica "Outras provisões" é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 16)	103.616	114.054
Provisão para avais e fianças bancárias (a)	6.205	10.011
Despesas de pessoal (b)	23.258	21.497
Total	133.079	145.562

- (a) O BRDE possui, no final do exercício, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta de fiança no montante de R\$ 96.254 (31/12/2019 - R\$ 105.494) que estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de equipamentos e penhor de ações, entre outros). Nos termos das IFRS's, que prevê a utilização do modelo de mensuração de provisão baseado nos conceitos de "perda incorrida" e que requer a identificação de evidência objetiva de redução de valor (*impairment*) como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o momento do reconhecimento inicial do ativo financeiro.
- (b) A provisão para benefícios a empregados é constituída principalmente por proventos e encargos sociais sobre férias, licença a prêmio e participação nos resultados.

16 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

O montante das causas para qual o BRDE constitui provisão está assim composto, considerando o exercício findo em 31/12/2020:

	2019	Constituição	Atualização	Baixa por:		2020
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	14.541	-	113	-	-	14.654
Trabalhistas	32.055	7.289	2.181	(7.538)	(2.944)	31.043
Cíveis	67.458	1.958	1.631	(1.695)	(11.433)	57.919
Total	114.054	9.247	3.925	(9.233)	(14.377)	103.616

E da mesma forma são apresentados abaixo, considerando o exercício findo em 31/12/2019:

	2018	Constituição	Atualização	Baixa por:		2019
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	14.361	-	180	-	-	14.541
Trabalhistas	32.925	22.123	2.104	(23.370)	(1.727)	32.055
Cíveis	62.469	-	4.989	-	-	67.458
Total	109.755	22.123	7.273	(23.370)	(1.727)	114.054

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

- (a) As provisões previdenciárias são referentes aos seguintes fatos:
- INSS – R\$ 14.654: contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo;
- (b) O montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável, em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 99.930 (2019 - R\$ 93.524), que correspondem em grande parte a causas coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE;
- (c) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:
- R\$ 51.033 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante;
 - R\$ 4.151 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante; e
 - R\$ 2.735 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.
- (d) Durante o ano de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. De acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda desse processo, que se encontra em fase administrativa, é possível e monta, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 24.876 (2019 - R\$ 24.253).

17 Passivos contingentes e ativos contingentes

O Banco estima possíveis obrigações ou obrigações presentes que podem exigir, mas que provavelmente não exigirão um fluxo de saída de recursos no montante de R\$ 99.930 (2019 - R\$ 93.524). Estes passivos contingentes são compostos por ações trabalhistas consideradas como perda possível. O Banco não identificou ativos contingentes com fluxo de benefícios prováveis, porém não praticamente certos.

18 Impostos correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social

Conforme legislação fiscal vigente, a alíquota do imposto de renda corresponde a 25% e da contribuição social sobre o lucro líquido a 20% na data base 31/12/2020.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	345.452	425.830
Impostos sobre a renda reconhecidos no resultado	(175.760)	(97.640)
IR/CSLL Correntes	(166.701)	(59.389)
Tributos diferidos (IR/CSLL)	(9.059)	(38.251)

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

(b) Impostos diferidos

O Banco possui créditos e obrigações tributárias de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes diferenças temporárias:

Créditos	31/12/2019	Constituição	Realização	31/12/2020
Passivos contingentes	51.324	4.815	(9.512)	46.627
<i>Impairment</i> de Empréstimos e Recebíveis	156.608	86.840	(62.659)	180.789
<i>Impairment</i> de avais e fianças bancárias	4.466		(1.674)	2.792
<i>Impairment</i> de títulos e valores mobiliários	1.656		(374)	1.282
Créditos baixados para prejuízo	97.681	11.561	(37.440)	71.802
Provisão para assistência médica e PBII	116.627	5.968	(6.766)	115.829
<i>Impairment</i> de bens não de uso	12.012	3.872	(6.511)	9.373
Outros	3.660	3.411	(961)	6.110
Total	444.034	116.467	(125.897)	434.604

Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas.

Obrigações	31/12/2019	Constituição	Realização	31/12/2020
Recuperação judicial deferimento	21.655	11.357	(27.016)	5.996
Renegociações REFIS/RECOOP	1.854			1.854
Atualização de depósitos judiciais	27.273	892	(3.359)	24.806
Renegociações tributadas por caixa Lei nº 9.430/96	35.284	4.983	(11.494)	28.773
Outros	7.061		(2.002)	5.059
Total	93.127	17.232	(43.871)	66.488

E a seguir, apresentamos a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais em 31 de dezembro:

Créditos	Créditos		Obrigações	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
1º ano	111.220	100.452	35.184	29.922
2º ano	75.667	107.113	9.855	37.095
3º ano	34.577	54.617	4.513	5.894
4º ano	21.912	23.319	2.338	4.554
5º ano	18.220	18.020	2.080	2.430
6º ao 10º ano	60.266	62.177	7.962	10.514
Acima do 10º ano	80.165	68.336	4.556	2.718
Total	402.027	434.034	66.488	93.127

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

19 Patrimônio Líquido

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente. O BRDE, em atendimento à Resolução nº. 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no exercício findo em 31 de dezembro, os lucros acumulados do exercício corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental.

O Fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Nos anos de 2019 e 2020, o BRDE procedeu as seguintes capitalizações:

Aumento do Capital Social	Valor
Capital Social - 31/12/2018	1.174.413
Capitalização 1º semestre 2019	96.180
Capitalização 2º semestre 2019 *	72.600
Capital Social - 31/12/2019	1.343.193
Capitalização 1º semestre 2020	123.600
Capitalização 2º semestre 2020	51.786
Capital Social - 31/12/2019	1.518.579

*Processo homologado pelo Banco Central em 10/03/2020.

20 Receitas com juros e similares

A composição dos principais itens de juros e similares apropriados em 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Rendimentos de operações de crédito	1.132.884	1.023.372
Empréstimos	25.485	36.471
Financiamentos	495.108	444.288
Rurais e Agroindustriais	610.881	539.787
Outros Créditos	1.410	2.826
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	124.347	211.115
Recebimento de créditos considerados incobráveis anteriormente baixados	100.852	65.214
Rendimento de outros ativos financeiros	2.006	1.261
Total de receita com juros e similares	1.360.089	1.300.962

Os recebimentos de créditos considerados incobráveis advêm de recuperações efetivas de créditos baixados anteriormente para prejuízo.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

21 Despesas com juros e similares

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Encargos de empréstimos e repasses	661.164	629.295
BNDES	499.206	530.659
FINAME	48.753	49.562
FINEP	9.033	10.431
BANCO DO BRASIL	7.586	7.642
Fundos de Desenvolvimento	73.289	25.849
Outras instituições	23.297	5.152
Outros passivos financeiros	5.651	9.235
Perda na negociação com títulos e valores mobiliários	24.215	951
Total de despesa com juros e similares	691.030	639.481

22 Receitas de tarifas e comissões

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Receitas de tarifas sobre empréstimos e recebíveis	31.367	25.936
Receitas de comissões sobre aval prestado	5.155	6.047
Total	36.522	31.983

23 Outras receitas (despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	2020	2019
Atualização de depósitos judiciais	1.910	3.482
Despesas de ISSQN, PIS/PASEP e COFINS próprios	(30.847)	(32.044)
Outras despesas operacionais	(17.771)	(15.761)
Outras receitas operacionais	28.881	12.792
Total	(17.827)	(31.531)

24 Despesas administrativas

(a) Despesas com pessoal

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

A composição da rubrica “Despesas com Pessoal” está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Honorários da diretoria e conselho de administração	4.926	4.405
Benefícios	32.643	12.801
Encargos sociais	49.757	47.808
Proventos	112.479	111.387
Treinamento e seleção	209	117
Estagiários	2.180	2.440
Total	202.194	178.958

Os benefícios referem-se, basicamente, aos programas de assistência alimentar, odontológico e saúde.

(b) Outras despesas administrativas

A composição da rubrica “Outras Despesas Administrativas” está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Despesas de água, energia e gás	1.141	1.411
Despesas de aluguéis	1.395	1.387
Despesas de comunicações	1.359	1.287
Despesas de contribuições filantrópicas	297	339
Despesas de manutenção e conservação de bens	4.075	3.769
Despesas de material	187	373
Despesas de processamento de dados	7.105	4.731
Despesas de promoções e relações públicas	2.056	2.564
Despesas de propaganda e publicidade	3.790	3.759
Despesas de publicações	185	184
Despesas de seguros	258	117
Despesas de serviços de terceiros	2.386	2.389
Despesas de serviços de vigilância	828	1.022
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.195	1.251
Despesas de serviços técnicos especializados	2.778	2.732
Despesas de transportes	668	1.650
Despesas de viagem	646	3.160
Despesas tributárias	1.784	853
Incentivos fiscais	4.328	1.612
Despesas estatutárias	4.465	4.868
Outras	5.796	6.984
Total	47.722	46.442

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

25 Transações com Partes Relacionadas

(a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE

No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720, sendo R\$ 8.000 financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. O financiamento foi quitado em 20/12/2019.

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em "Outras Despesas Operacionais".

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em "Despesas de Pessoal".

	2º semestre		Exercício	
	2020	2019	2020	2019
Compra imóvel Curitiba	-	(367)	-	(948)
Locação de salas	(364)	(348)	(719)	(680)
Ressarcimento de salários	382	-	627	117
Contribuição patronal	(4.243)	(4.075)	(7.510)	(13.865)
Total	(4.225)	(4.790)	(7.602)	(15.376)

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Conselho de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam em 31/12/2020 os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	2020	2019
		(reapresentação)
Benefícios de curto prazo	5.662	5.680
Diretoria	5.114	5.052
Conselho de Administração	438	414
Comitê de Auditoria	110	214
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	128	300
Total	5.790	5.980

26 Benefícios Pós-Emprego

O Banco oferece planos de benefícios de previdência e programa de assistência à saúde que são classificados como planos de benefícios pós-emprego, conforme Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012.

A contabilização dos passivos/ativos pós-emprego e respectivas despesas/receitas relativas aos planos de benefícios pós-emprego é realizada de acordo com o citado Pronunciamento Técnico e com laudo preparado por atuários independentes na data base de 31 de dezembro de 2020.

26.1 Característica dos planos de benefícios

26.1.1 – Plano de benefícios de previdência

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, criada com o objetivo de oferecer aos empregados de seus patrocinadores, o BRDE e a própria Fundação, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O Banco tem participação na governança do ISBRE por meio de indicação de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Fundação.

O ISBRE opera dentro da estrutura regulatória do sistema de previdência complementar fechada, tendo por órgão regulador o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e fiscalizador a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, considerando as normas emitidas por esses órgãos, bem como o disposto na Lei Complementar nº 108/2001 e na Lei Complementar nº 109/2001 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para aplicação dos recursos garantidores dos planos. O ISBRE realiza a gestão de dois planos de benefícios de previdência, ambos patrocinados pelo BRDE:

➤ Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, em que o nível dos benefícios concedidos pelo Plano é determinado previamente e em função do salário do participante na fase de atividade, encontra-se fechado para novas adesões. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de inatividade, sendo que, os participantes ainda em atividade apresentam tempo médio para atingimento das elegibilidades para solicitação de início de aposentadoria pelo Plano de apenas 1 (um) ano.

O PB I expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros. O PB I se encontra em situação superavitária, apurada conforme regras locais emitidas pelo CNPC e pela PREVIC, tendo alocado recursos decorrentes do excedente patrimonial em Reserva de Contingência e Reserva Especial, conforme Resolução CNPC nº 30/2018, e desde 01/01/2020 realizada destinação parcial de recursos da Reserva Especial formada no exercício de 2018 para os participantes, assistidos e patrocinadores do Plano.

Em 31/12/2020, o Banco figura como patrocinador de 58 participantes ativos (31/12/2019 - 62), 391 aposentados (31/12/2019 - 390) e 94 pensionistas (31/12/2019 - 94).

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

➤ Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes em saldos de conta individuais. A maior parte do grupo de participantes se encontra na fase de atividade.

O PB II expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência do pagamento de benefícios vitalícios, e de taxa de juros, ainda que em menor grau do que o PB I, em decorrência da sua estrutura na modalidade de Contribuição Variável, em que durante o período de atividade as contribuições são alocadas em contas individuais e há apenas riscos decorrentes da probabilidade de falecimento ou invalidez dos participantes.

Em 31/12/2020, o Banco figura como patrocinador de 345 participantes ativos (31/12/2019 - 348), 4 aposentados (31/12/2019 - 3) e 13 pensionistas (31/12/2019 - 15).

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE encontra-se limitado a realizar contribuições ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No PB I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No PB II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

Como parte da gestão dos planos de benefícios de previdência, o ISBRE implementa estratégias de confrontação de ativos/passivos por meio da realização anual de estudos de *Asset and Liability Management – ALM*, bem como procede estudos de aderência periódicos das tábuas atuariais utilizadas nas projeções de fluxos de caixa com pagamento futuro de benefícios.

26.1.2 – Programa de assistência à saúde - PAS

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, assim como a seus respectivos dependentes, a exemplo dos funcionários ativos, Programa de Assistência à Saúde (PAS) com ressarcimento parcial de despesas médicas. O PAS é operacionalizado por meio de seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar, com abrangência nacional. São também beneficiários do PAS os ex-funcionários que recebem complementação de aposentadoria pelo PB I do ISBRE, e seus respectivos dependentes, bem como os dependentes de funcionários falecidos, tendo por reflexo a necessidade de reconhecimento de passivo pós-emprego pelo BRDE, registrado na rubrica “Outras Obrigações – Diversas”.

O PAS é estruturado na modalidade de pós-pagamento, oferecendo cobertura vitalícia de assistência à saúde para os segurados, que também sejam assistidos do ISBRE, e seus dependentes. Portanto, o Programa expõe o Banco a riscos relacionados à longevidade, em decorrência da cobertura vitalícia, de taxa de juros e de elevação dos custos médicos.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Em 31/12/2020, o total de beneficiários com cobertura de pós-emprego é de 869 (31/12/2019 - 863).

26.2 Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

26.2.1 – Passivo (ativo) de benefício definido

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352
Valor justo dos ativos do plano	(1.143.214)	(1.167.285)	(21.421)	(20.075)	-	-
Deficit (superavit) apurado	(117.083)	(151.157)	5.950	3.977	257.398	259.352
Efeito no teto do ativo	105.839	135.366	-	-	-	-
Passivo (ativo) atuarial líquido	(11.244)	(15.791)	5.950	3.977	257.398	259.352

O Conselho Deliberativo do ISBRE aprovou no fim do exercício de 2019 destinação da Reserva Especial do PB I formada no exercício de 2018, na forma de redução parcial das contribuições, com início em janeiro/2020. Desta forma, apurou-se o valor presente de benefícios econômicos disponíveis para o Banco na forma de reduções nas contribuições futuras para o Plano, conforme definição do CPC 33 (R1), tendo por base o montante a ser destinado ao BRDE na forma de redução parcial das contribuições em decorrência da destinação da Reserva Especial em curso, resultando em um Teto do Ativo de R\$ 11.244 mil, valor reconhecido pelo Banco como um ativo atuarial líquido. O Teto do Ativo é definido pela CPC 33(R1) como “o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituição provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano”.

26.2.2 – Conciliação do valor presente das obrigações atuariais

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Obrigações atuariais no início do período	1.016.128	835.644	24.052	15.297	259.352	167.676
Custo do serviço corrente líquido	192	126	968	675	702	598
Contribuições de participantes realizadas no período	840	844	-	-	-	-
Despesa de juros	67.218	72.544	1.676	1.371	18.278	14.998
Benefícios pagos no período	(63.524)	(60.989)	(804)	(809)	(5.536)	(9.690)
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas demográficas	-	15.455	-	2.018	-	-
(Ganhos)/perdas – mudanças nas premissas financeiras	(8.379)	154.332	(2.346)	5.323	(15.217)	53.995
(Ganhos)/perdas – ajustes pela experiência	13.656	(1.828)	3.825	177	(181)	31.775
Passivo (ativo) atuarial líquido	1.026.131	1.016.128	27.371	24.052	257.398	259.352

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

26.2.3 – Conciliação do valor justo dos ativos

	PB I		PB II	
	2020	2019	2020	2019
Valor justo dos ativos no início do período	(1.167.285)	(992.238)	(20.075)	(15.202)
Benefícios pagos no período	63.524	60.989	804	809
Contribuições de participante realizadas no período	(840)	(844)	-	-
Contribuições do empregador realizadas no período	(3.200)	(7.850)	(1.579)	(1.478)
Receita de juros	(77.642)	(86.988)	(1.443)	(1.421)
Retorno sobre ativos abaixo (acima) da receita de juros	42.229	(140.355)	871	(2.783)
Passivo (ativo) atuarial líquido	(1.143.214)	(1.167.286)	(21.422)	(20.075)

26.2.4 – Conciliação do efeito do teto de ativo (*asset ceiling*)

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2020	2019	2020	2019
Efeito do teto de ativo no início do período	135.366	156.593	-	-
Despesa de juros	9.249	14.130	-	-
Mudanças no efeito do teto de ativo	(38.775)	(35.357)	-	-
Efeito do teto de ativo no fim do período	105.839	135.366	-	-

26.3 Reconhecimento dos custos de benefício definido

Conforme item 120 do CPC 33(R1), o BRDE deve reconhecer o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) atuarial no resultado e as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) em outros resultados abrangentes.

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento dos componentes de custo de benefício definido em resultado e em outros resultados abrangentes, bem como a reconciliação do passivo (ativo) atuarial líquido.

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do período	(15.791)	-	3.977	97	259.352	167.676
Custo do serviço corrente líquido	192	126	968	675	702	598
Despesa de juros – valor presente das obrigações atuariais	67.218	72.544	1.676	1.371	18.279	14.998
Despesa de juros – efeito do teto de ativo	9.249	14.130	-	-	-	-
Receita de juros – valor justo dos ativos	(77.642)	(86.988)	(1.443)	(1.421)	-	-
Despesa (receita) reconhecida no resultado	(983)	(188)	1.201	625	18.981	15.596

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

(Ganhos)/perdas no valor presente das obrigações atuariais	5.276	167.959	1.480	7.517	(15.399)	85.770
Mudanças no efeito do teto do ativo	(38.775)	(35.357)	-	-	-	-
Retorno sobre os ativos abaixo (acima) da receita de juros	42.229	(140.355)	871	(2.783)	-	-
Remensurações em outros resultados abrangentes	8.730	(7.754)	2.350	4.734	(15.399)	85.770
Contribuições do banco no período	(3.200)	(7.850)	(1.579)	(1.478)	(5.536)	(9.690)
Passivo (ativo) atuarial líquido no fim do período	(11.244)	(15.792)	5.950	3.978	257.398	259.352

26.4 Composição do valor justo dos ativos

Os planos PB I e PB II mantêm ativos que são utilizados para cobertura total ou parcial das obrigações atuariais. O quadro abaixo apresenta a composição da carteira de investimentos dos planos em classes conforme a natureza e risco desses ativos.

	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalente	0,00%	0,00%	0,01%	0,01%
Renda fixa	84,54%	86,22%	76,32%	83,45%
Renda variável	4,51%	2,80%	11,73%	4,23%
Imobiliário	0,48%	1,30%	0,13%	0,38%
Estruturado	10,09%	9,25%	9,87%	9,94%
Carteira de empréstimos	0,38%	0,43%	1,94%	1,99%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

26.5 Premissas atuariais

A apuração da obrigação do Banco com os planos de benefícios pós-emprego requer a adoção de estimativas e premissas atuariais e financeiras de longo prazo, bem como a aplicação e interpretação de normas regulamentares vigentes. Portanto, a utilização de estimativas e premissas pode resultar em divergências entre o valor registrado e o efetivamente realizado, ocasionando impactos, negativos ou positivos, às operações do Banco.

As taxas de desconto, em termos reais, foram apuradas considerando a interpolação das taxas de referência do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA, conforme a *duration* de cada plano de benefícios pós-emprego: 10,35 anos para o PB I, 18,68 anos para o PB II e 17,37 anos para o PAS.

O quadro abaixo apresenta as premissas atuariais utilizadas para determinar o valor presente da obrigação atuarial.

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	PB I		PB II		PAS	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Taxa de desconto atuarial (real)	3,20%	3,11%	3,80%	3,37%	3,80%	3,45%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,20%	3,11%	3,80%	3,37%	3,80%	3,45%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	4,21%	4,21%	4,21%	4,21%	N/A	N/A
HCCTR ("inflação médica")	N/A	N/A	N/A	N/A	3,50%	3,50%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100%					
Fator de capacidade sobre os salários	100%					
Inflação esperada	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%
Taxa de desconto nominal	6,63%	6,83%	7,25%	7,10%	7,25%	7,18%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	6,63%	6,83%	7,25%	7,10%	7,25%	7,18%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	7,67%	7,97%	7,67%	7,97%	N/A	N/A
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,32%	3,61%	3,32%	3,61%	6,94%	7,24%
Mortalidade geral	AT 2000 (suavizada em 100%), segregada por sexo					
Mortalidade de inválidos	MI85, segregada por sexo					
Entrada de invalidez	Álvaro Vindas					
Taxa anual de rotatividade	Nula					
Composição familiar	Família média. Para pensionistas, família efetiva, conforme cadastro				Família efetiva (conforme informações cadastrais)	

26.5.1 – Análise de sensibilidade das premissas atuariais

A tabela abaixo apresenta análise de sensibilidade das premissas atuariais significativas, em relação ao efeito no valor presente da obrigação atuarial no caso de alteração de premissa, considerando variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de Sensibilidade	Impacto R\$ mil			Impacto %		
		PB I	PB II	PAS	PB I	PB II	PAS
Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	(44.871)	(1.850)	(19.198)	(4,4%)	(6,8%)	(7,5%)
	redução de 0,5 p.p	48.558	1.957	22.257	4,7%	7,1%	8,6%
Expectativa de vida	aumento de 1 ano	21.205	(371)	11.442	2,1%	(1,4%)	4,4%
	redução de 1 ano	(20.967)	575	(11.249)	(2,0%)	2,1%	(4,4%)
HCCTR	aumento de 0,5 p.p	-	-	22.210	-	-	8,6%
	redução de 0,5 p.p	-	-	(19.336)	-	-	(7,5%)

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

26.6 Fluxos de caixa futuros

26.6.1 – Fluxo de caixa ocorrido no período e esperado para o próximo período

	PB I		PB II		PAS	
	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021	Ocorrido em 2020	Esperado em 2021
Contribuições do empregado	3.200	2.937	1.579	1.516	5.536	11.010
Contribuições do participante	841	51	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	63.524	68.342	804	969	5.536	11.010
Benefícios pagos diretamente pelo banco	-	-	-	-	-	-

26.6.2 – Perfil de vencimento da obrigação atuarial

Os montantes apresentados na tabela abaixo representam a expectativa de pagamento de benefícios pelos planos de benefícios de previdência e, no caso do PAS, dispêndio de caixa pelo Banco para cobertura das obrigações.

	Em R\$ milhões		
	Plano de Benefícios I	Plano de Benefícios II	PAS
2021 a 2025	314	6	60
2026 a 2030	291	9	71
Após 2030	748	93	483

(valores em milhões R\$)

* * *

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

DIRETORIA

Diretora-Presidente
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Vice-Presidente e Diretor de Operações
WILSON BLEY LIPSKI

Diretor de
Planejamento
LUIZ CORRÊA NORONHA

Diretor de Acompanhamento e
Recuperação de Créditos
VLADIMIR ARTHUR FEY

Diretor Financeiro
MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Conselheiros
WAGNER CARLOS AICHNER
JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER
WAGNER MARCOS SALAI
PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA
VANESSA NEUMANN SULZBACH

FABIANO MEASSI
Contador Geral-CRCRS-070.237/O-6
CPF – 899.528.120-00





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar --Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Controladores e aos Diretores do
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE (“Banco”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de créditos (*impairment*)

Conforme apresentado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro, de 2020, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito totaliza R\$ 401.753 mil, constituída sobre diversos portfólios de crédito os quais são revisados pela administração, periodicamente, no que tange a estimativa de perdas esperadas dessas operações (*impairment*), em conformidade com o pronunciamento “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros” (IFRS 9). A estimativa envolve julgamento da administração na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia que identifique as perdas esperadas nas operações em curso, categorizadas em diferentes estágios, utilizando-se de premissas e julgamentos os quais incluem, entre outros, as análises sobre o ambiente econômico dos mercados onde os tomadores de crédito estejam inseridos, o histórico de pagamentos dos tomadores de crédito em operações similares contratadas, incluindo renegociações e avaliações de garantias aceitas nas operações.

Dada a relevância dos saldos de operações sujeitas ao risco de crédito, assim como grau de subjetividade e julgamento empregados pela administração para a determinação da perda esperada associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, bem como os requerimentos de divulgação relacionados, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Avaliamos o desenho e o funcionamento dos controles internos relevantes relacionados ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito, bem como aqueles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração, em consonância com as políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos pelo Banco para atendimento aos requisitos do IFRS 9. Com o apoio de nossos especialistas para fins de validação dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito, procedemos a avaliação da aplicação das metodologias estabelecidas, premissas e demais informações determinadas pela administração e da categorização nos respectivos estágios de risco, além do recálculo das estimativas de perda esperada, incluindo as análises preparadas pela administração do Banco sobre os eventuais impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para a carteira de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos atuariais relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras, compreendem benefícios de previdência e programa de assistência à saúde, totalizando R\$ 263.348 mil em 31 de dezembro de 2020. Consideramos como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Com o suporte de nossos especialistas atuariais realizamos, dentre outros procedimentos, a análise da metodologia e das principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificamos a exatidão matemática do cálculo das reservas e analisamos a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós-emprego, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco mantém registrado ativo fiscal diferido no valor de R\$ 434.604 mil, conforme apresentado em nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, constituído substancialmente sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de perdas com créditos temporariamente indedutíveis e provisões para perdas por não recuperação de empréstimos e recebíveis, para contingências e para benefícios pós-emprego.

Consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria devido a relevância do montante registrado e razoável grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco e do estudo de realização desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras.



Como nossa auditoria conduziu o assunto

Dentre outros procedimentos, envolvemos nossos especialistas tributários para validação das bases de cálculo tributáveis e da movimentação do crédito, em concordância com a legislação vigente. Ainda, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como a consistência com as avaliações anteriores, a razoabilidade das premissas utilizadas e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os saldos registrados e os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela Administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros Assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificações, nesta mesma data.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 25 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
Período findo em 31.12.2020

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, com suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 2º semestre de 2020 ocorreram três reuniões, com periodicidade bimestral, onde foram exercidas as atribuições regulamentares, dentre essas a análise das demonstrações contábeis da data-base de 31.12.2020, a elaboração e aprovação do Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo abaixo:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento, pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN e pela auditoria independente, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais e recomendou a revisão e atualização da matriz de riscos do BRDE.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores. Adicionalmente, o Comitê verificou que os aditivos do contrato firmado entre o BRDE e a Ernst & Young estão em consonância com a legislação vigente.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras do BRDE; as Demonstrações Financeiras Consolidadas - Conglomerado Prudencial; Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS; Estudo Técnico de Créditos Tributários Diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social; conteúdo do Relatório de Administração e Socioambiental; e Relatórios dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 31 de dezembro de 2020. Com base nas atividades desenvolvidas, não identificamos descumprimento das normas, atos ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das informações publicadas, assim como não foram observadas situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria. Desta forma, concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares. Deste modo, recomendamos a sua aprovação e encaminhamento ao Conselho de Administração.

Porto Alegre, 23 de março de 2021.

ALEX MUSSOI
RIBEIRO:9451
3295015

Assinado de forma digital
por ALEX MUSSOI
RIBEIRO:94513295015
Dados: 2021.03.24
14:57:28 -03'00'

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

Lauren de Vargas
Momback

Assinado de forma digital por
Lauren de Vargas Momback
Dados: 2021.03.24 19:03:32
-03'00'

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Integrante do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS